

FIG. 21

XVIII.

Produção de ânforas em época romana em Lagos:  
os dados resultantes das intervenções de contrato  
realizadas no âmbito do Projecto URBCOM

Carlos Fabião\*

Iola Filipe\*\*

Sandra Brazuna\*\*\*

## Resumo

Os trabalhos arqueológicos realizados no âmbito do projecto URBCOM – Requalificação Urbana da Rua 25 de Abril e Rua Silva Lopes –, pela Empresa era-arqueologia s.a., possibilitaram a recolha de inequívocos testemunhos de produção de ânforas no local onde hoje se encontra a cidade de Lagos.

Em diferentes pontos da escavação realizada na rua Silva Lopes (Sondagem 14, Caixa de Visita 7 e ramais) foi identificado um sedimento negro, com manchas argilosas alaranjadas, que apresentava uma apreciável quantidade de fragmentos de ânforas, com sinais de deformações e sobrecozedura. Trata-se de exemplares das formas Almagro 51c e, sobretudo, da usualmente designada Almagro 51 a / b. O fabrico é bem característico, com uma pasta de tonalidade vermelha alaranjada, com abundantes grãos de quartzo rolados, “chamota”, microfósseis marinhos e grandes nódulos calcários.

De um ponto de vista formal, regista-se alguma analogia com as produções já documentadas nas olarias de Martinhal, Sagres, e S. João da Venda, Faro, uma ânfora piriforme alongada de cerca de 80 cm de altura, bocal estreito, colo baixo e asas curtas, em fita e de secção oval, que arrancam imediatamente abaixo do bocal, descendo em ângulo recto para o ombro. O fundo é cónico e maciço. Usualmente estas ânforas têm sido integradas no tipo Almagro 51 a-b ou Keay XIX / XXI. Contudo, pelo conjunto de singularidades que patenteiam, julgamos que merecem ser individualizadas. Discutem-se os critérios convocados para a caracterização da forma Almagro 51 a-b, Keay XIX e XXI, bem como a pertinência da sua aplicação a formas análogas identificadas no sul da Lusitânia. Propõe-se a denominação de ânfora Algarve 1, na medida em que é possível dizer que esta forma se produziu em olarias algarvias, não somente em Lagos, num âmbito cronológico ainda incerto, mas seguramente centrado no séc. V.

## Abstract

Recent rescue excavations led by era-arqueologia s.a. in 25 de Abril and Silva Lopes streets at the historical centre of Lagos' city (Algarve, Southern Portugal) revealed unquestionable evidence of a local amphorae production in Late Roman Period. In different areas along Silva Lopes Street characteristic dark sediment with orange clay nodules and many amphorae fragments with clear deformation signs was recorded. The burnt and deformed fragments were clear evidence for a local amphorae production. The amphorae forms were those already known in other Algarve's production centers, and were usually named Almagro 51c and Almagro 51 a / b types. The fabric is characteristic, an orange red clay mass with several rolled quartz grains, ceramic nodules, marine micro fossils and large limestone grains.

The so called Almagro 51 a / b type has formal analogies with those made at Martinhal, Sagres, and S. João da Venda, Faro, amphorae production centers, a 80 cm small piriform shaped amphora with narrow mouth, small neck and strip handles with an oval section, with an angular flexion from above the mouth until the shoulder and a short conical compact spike at the end. These amphorae were currently classified as Almagro 51 a / b or, more recently, Keay XIX / XXI type. But according to some singular features of those amphorae we think they deserve to be considered as a new particular type. We discuss the different criteria used to classify these Late Roman amphorae from Almagro's work until the more recent S. Keays' typology and the reasons why we think Lagos' productions don't feats the already known types. As Lagos' amphorae were similar to those from other Algarve production centers we propose the name of Algarve 1 to this new type, made at Algarve's production centers around the Fifth century AD, maybe a little earlier and lasting until the Sixth century AD.

---

\* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, UNIARQ, cfabiao@fl.ul.pt

\*\* Era, Arqueologia S.A. iolafilipe@era-arqueologia.pt

\*\*\* Era, Arqueologia S.A. sandrabrazuna@era-arqueologia.pt

## 1. As provas de uma produção local de ânforas em Lagos

Como em outro local se comentou, a exploração de recursos marinhos e a consequente produção de preparados de peixe constituiu relevante actividade económica em época romana da área hoje ocupada pela cidade de Lagos. A extensão das instalações de transformação com cetárias é já muito considerável, embora tenhamos somente um conhecimento parcial das mesmas (v. a discussão do tema que apresentamos em outra comunicação deste mesmo Colóquio: Filipe, Brazuna, Fabião, no prelo).

Nas escavações realizadas na R. Silva Lopes nº 4 a 8 tinham sido identificados fragmentos de ânforas com deformações (Ramos, Almeida, Laço, 2006: 91), fragmentos sobrecozidos e trempes (*Id.*: 94 e Fig.15, nº 4), habituais indiciadores de uma produção local de ânforas. Embora não tenha sido possível identificar com segurança a localização do(s) forno(s), os elementos recenseados eram, por si, suficientes para sustentar esta ideia. Na presente intervenção ao longo da Rua 25 de Abril e Silva Lopes foi possível recolher vários outros testemunhos desta actividade oleira de época romana (Filipe, Brazuna, 2008a; 2008b), mais extensamente apresentados em outro local (Filipe, Brazuna, Fabião, no prelo). Os indícios de uma produção local de ânforas foram obtidos na Sondagem 14 e na Caixa de Visita 7, dos trabalhos realizados na Rua Silva Lopes, onde se identificou um depósito com elevada potência estratigráfica cujas características sedimentares, grande abundância de cinzas e carvões, e a presença muito frequente de fragmentos de ânfora com vestígios

de terem sido sujeitos a altas temperaturas, com deformações e fissuras, sugerem tratar-se de uma área de despejo relacionada com forno(s) cerâmico(s). Este depósito localiza-se próximo da área onde se encontra referenciado, por várias notícias, o achado de um forno, presumivelmente de época romana, embora esta informação não tenha podido ser arqueologicamente confirmada. Os já mencionados trabalhos realizados nos nºs 4 a 8 da mesma Rua Silva Lopes indicavam já essa possibilidade (Ramos; Almeida; Laço, 2006: 91), com base na identificação de depósitos de ânforas, que se encontravam completas, fracturadas em conexão, aparentando defeitos de cozedura (*Id.*: 91). Os novos dados, recolhidos nas imediações, vêm afinal confirmar aquela observação.

Verificou-se a presença de exemplares da forma Almagro 51c de pequena dimensão, mas sobretudo de outros usualmente classificados como Almagro 51 a / b de fabrico lusitano / algarvio. O material, que se apresentava muito fragmentado, patenteia duas características fundamentais: vestígios de ter sido sujeito a altas temperaturas, que por vezes geraram fissuras e deformações e uma relativa afinidade morfológica. De um ponto de vista formal, pode dizer-se que não se afastam dos parâmetros conhecidos em outras ânforas algarvias, usualmente classificadas como Almagro 51c e Almagro 51 a / b. Contudo, o fabrico, quer de umas quer das outras, apresenta características singulares, como a presença frequente de nódulos calcários e de fósseis marinhos, para além de grãos rolados de quartzo e “chamota”. Assinale-se que, no âmbito das nossas intervenções, foram igualmente recolhidos fragmentos de ânforas similares, mas com distintas características de pasta / fabrico, presumivelmente oriundas do centro oleiro do Martinhal, Sagres.

Por tudo isto, cremos que se pode afirmar em moldes categóricos que existiu uma produção de ânforas, em época tardia, na área urbana de Lagos, provavelmente, destinada a transportar os preparados de peixe ali processados. Assim, mesmo sem ter sido possível identificar com segurança a localização do forno ou fornos, não restam quaisquer dúvidas de que ali existiu uma olaria, com a particularidade pouco comum de se localizar nas imediações de unidades de produção de preparados de peixe – v. o comentário mais extenso que em outro lugar fazemos. (Filipe, Brazuna, Fabião, no prelo).

## 2. A função destas ânforas

Embora não haja objectivamente nenhum indício directo da funcionalidade das ânforas produzidas em Lagos, não temos indicadores directos de conteúdos, nem sob a forma de macrorrestos, nem sob a forma de *tituli picti*, pelo recurso a argumentos de senso comum, a grande concentração de unidades de produção de preparados de peixe, a proximidade física entre as ditas e o forno (ou fornos) que fabricaram as ânforas, bem como a identificação de numerosos exemplares no interior das cetárias, marcando etapas de seu abandono, bem documentado na unidade da R. Silva Lopes nº 4 a 8 (Ramos, Almeida, Laço, 2006: 91), poderemos propor um conteúdo de natureza piscícola para estas ânforas. Mesmo sem fundamento directo, no presente caso, a proposta que avançamos não se afasta das que genericamente se têm feito para produções análogas, afigurando-se aventurosa e desprovida de fundamento qualquer outra sugestão.

## 3. A Cronologia da produção

Em face das realidades expostas, impõe-se como primeira questão determinar a cronologia de laboração deste forno ou fornos, questão delicada, uma vez que dispomos sobretudo de dados relacionados com a dispersão dos rejeitados da olaria, identificados no decurso de acções extremamente limitadas de arqueologia urbana (Filipe, Brazuna, Fabião, no prelo). Ainda assim, a conjugação das informações proporcionadas pelas escavações e acompanhamentos realizados nas Ruas 25 de Abril e Silva Lopes, e das unidades de produção estudadas nos nº 4 a 8 desta última artéria, autorizam a proposta de uma cronologia tardia para estes materiais, centrada sobretudo no séc. V, ainda que se possa admitir um início de produção ainda no IV e uma eventual continuidade pelo VI.

Uma vez mais, com estes parâmetros cronológicos não nos afastamos do que já se conhecia para contentores análogos fabricados em outros sítios do Algarve. Mais controversa poderá ser a sugestão de um prolongamento da produção pelo séc. VI, mas cremos que os dados divulgados das escavações dos nº 4 a 8 da Rua Silva Lopes são bastante expressivos e suficientes para dar

consistência a esta hipótese (Ramos, Almeida, Laço, 2006; Ramos, Laço, Almeida, Viegas, 2007).

## 4. As formas das ânforas produzidas em Lagos

As formas das ânforas fabricadas em Lagos respondem, na sua generalidade, a duas grandes categorias, até onde é possível determinar, pelo estado muito fragmentado em que se encontram: a forma Almagro 51c, de pequena dimensão, e a chamada "Almagro 51 a / b" algarvia, v. Fig. 1. Qualquer destes dois tipos, de aparente classificação consensual entre os investigadores, carece na realidade de significativo trabalho de revisão, uma vez que ao longo do tempo se têm alinhado morfologias bastante variadas, debaixo destas designações genéricas.

Não pretendemos aqui ensaiar esse trabalho de revisão, no que respeita à primeira (Almagro 51c), mas, no que toca à segunda, pensamos que já existe suficiente informação para tentar estabelecer algumas distinções que se impõem, particularmente, porque a forma 51 de Martin Almagro Bash, identificada e tipificada aquando da publicação das necrópoles tardo-romanas de Ampúrias, constituiu, à partida, uma primeira subversão, por assim dizer, na lógica da classificação das ânforas romanas até então vigente, que as mais recentes propostas de revisão tipológica somente parcialmente corrigiram.

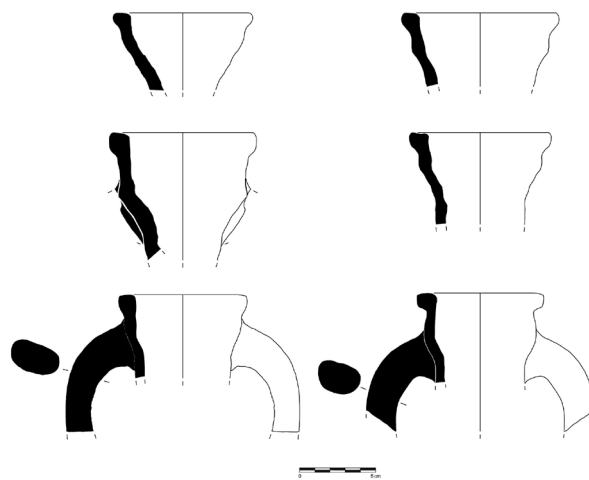


Fig. 1 - Amostra de fragmentos de ânforas do tipo Algarve 1, recolhidos na R. Silva Lopes.

## 5. Para uma revisão das denominações atribuídas às ânforas tardias

Como é do conhecimento geral, o primeiro grande esboço de tabela tipológica de ânforas romanas foi empreendido pelo alemão H. Dressel, em 1899, no âmbito da publicação das inscrições sobre *instrumentum domesticum* de Roma (CIL XV). A tábua de formas apresentada pelo investigador alemão não tinha o propósito de estabelecer uma qualquer seriação tipológica. A sua intenção era apenas documentar os suportes cerâmicos das inscrições pintadas (*tituli picti*) e marcas impressas antes da cozedura que constituíam o objecto do seu estudo. Na prática, só mais tarde se veio a perceber e valorizar as virtualidades da tabela de formas publicada, passando a ser usada como referência tipológica, sobretudo depois do seu tratamento e agrupamento realizado por Nino Lamboglia.

O conjunto das formas apresentadas por Dressel, sendo bastante completo, reportava-se a um âmbito cronológico relativamente restrito, centrado no século I d.C., faltando ali uma vasta gama de formas de ânforas, sobretudo as de cronologia mais tardia. Não interessa aqui tratar da história das investigações, mas importa reter que, à medida que foram progredindo os estudos, foi sendo mais notória a necessidade de acrescentar a tabela inicial esboçada pelo alemão e reagrupada e sistematizada pelo italiano. A estratégia natural dos distintos investigadores consistiu em acrescentar sequencialmente novas formas e respectiva numeração, gerando deste modo um critério “universal”, baseado na morfologia dos contentores, que contemplava de um modo harmónico a investigação passada e as novas propostas.

Nesse sentido, e na sequência de outras propostas análogas, Martin Almagro Basch definiu um conjunto de novas formas, numeradas de 50 a 55, a partir dos materiais obtidos nas escavações das necrópoles tardias de Ampúrias, (Almagro, 1955: 295 e Est. Ânforas). Contudo, introduziu uma inovação bastante discutível: a sua forma 51 estava subdividida em 51a, 51b e 51c, rompendo claramente com a tradição anterior de numeração sequencial simples, que ele mesmo aplicou nas restantes formas então definidas. Deste modo, surgiu um grupo anómalo de distintas ânforas, que receberam um mesmo número seguido de letras, quando era mais

ou menos evidente que se tratava, de facto, de formas diferentes, merecedoras, por isso, de numeração própria. Diga-se que, pela mesma época, F. Benoit e Nino Lamboglia usaram um expediente semelhante para subdividir as ânforas vinárias itálicas de época tardo republicana (criando as formas ditas Dressel 1a, 1b e 1c). Contudo, o que nesta proposta pretendia ser a introdução de matizes cronológicas em uma forma que se supunha criada nos mesmos centros oleiros, com a mesma finalidade, mas com distintos parâmetros cronológicos, era, na de Almagro, algo de mais difícil fundamentação, desde logo pela notória dissemelhança das formas, ainda que o autor propusesse também distintas cronologias para as suas três “variantes” da forma 51 (Almagro, 1955: 295 e 306-7).

Esta contradição e, sobretudo, a necessidade de reconhecer uma identidade formal própria às distintas variantes, não passou despercebida a Beltrán Lloris que, no fundamental estudo consagrado às ânforas romanas em Espanha, estabeleceu uma autonomia para a variante c, reservando-lhe a denominação de forma 51 (Beltrán, 1970: 541-3; Fig. 221). Por outro lado, propôs agrupar as variantes a e b de Almagro na sua forma 52, juntando os desenhos dos exemplares das necrópoles de Ampúrias a outros exemplares de distinta morfologia (*Id.*: 543-5; Fig. 222). Pode dizer-se que esta solução foi somente parcialmente feliz. Funcionou bem, no tocante à individualização da forma dita Almagro 51c (=Beltrán 51), foi menos conseguida ao conservar o agrupamento das restantes, às quais, sublinhe-se, acrescentou outras mais, também de notória diversidade morfológica, tudo sob a denominação genérica de forma 52 (=Beltrán 52). Sublinhe-se, porém, que esta proposta não encontrou qualquer eco na investigação posterior, em parte, pelo persistente conservadorismo de que se revestem os estudos cerâmicos, usualmente pouco abertos a rever nomenclaturas consagradas, mesmo quando estas se revelam insuficientes para classificar os materiais em estudo.

Subsistia, pois, o problema da caracterização da forma Almagro 51 a / b (= Beltrán 52). De certo modo, estas peças cáiram no esquecimento, tão esquecidas foram que nem chegaram a ser consideradas na fundamental obra de D. P. S. Peacock e D. Williams (Peacock, Williams, 1986), fundadora de um novo paradigma na investigação anfórica, centrado na classificação baseada nas características de fabrico (Fabião, 1987), que, todavia, tarda em afirmar-se plenamente.

### 5.1. Uma nova tipologia para as ânforas tardias

Pode dizer-se que o tema da morfologia das ânforas chamadas do “tipo Almagro 51 a/ b”, tal como muitas outras formas tardias, permaneceu indefinido até ao exaustivo estudo de Simon Keay, publicado em 1984, baseado nos materiais recolhidos em distintos sítios arqueológicos da Catalunha (Keay, 1984). Reconhecendo o escasso trabalho sobre as ânforas em apreço desde a publicação das necrópoles de Ampúrias (*Id.*: 157), o investigador britânico ensaiou uma nova abordagem. Isolou os exemplares das inumações Castellet 22 e 24 como os protótipos da sua forma XIX (= Almagro 51 a / b = Beltrán 52), subdividindo-a, contudo, em três variantes, designadas pelas letras A, B e C, em coerência com a prática seguida na sua proposta tipológica (v. Fig. 2). A variante A apresenta uma boca ampla, com c. de 11.9cm de diâmetro médio e as típicas asas de contorno semicircular, usualmente consideradas um atributo da forma dita Almagro 51 a / b (*Id.*: 157 e Figs. 57, 61 e 62); a variante B, na realidade muito semelhante, distingue-se sobretudo pelo bocal mais estreito, com diâmetros de bordo que têm, em média, 9.6 cm (*Id.*: 157-8 e Figs. 63-64); já a variante C apresenta uma apreciável variedade de desenhos de corpo e, sobretudo, asas que, muitas vezes, não descrevem já o contorno semicircular, tão característico das variantes anteriores, mas descem em ângulo recto, desde a

base do lábio até ao ombro, o autor sublinha que muitas asas desta variante já não têm a típica secção ovóide, substituída por um perfil em forma de fita, com secção elíptica (*Id.*: 158-9 e Figs. 21, 65 e 66). A principal razão pela qual o autor agrupa morfologias que patenteiam claras variações prende-se com o facto de ter identificado o mesmo fabrico em todas elas. Sublinhe-se que a obra de Simon Keay constitui um exemplo do novo paradigma de estudo das ânforas romanas, gerado em Southampton, pela dupla Peacock e Williams. A afinidade de fabrico é ainda realçada pela ocorrência de duas das variantes XIXA e XIXC no naufrágio de Les Catalans, Marselha (KEAY, 1984: 159-160). Em conclusão, tratar-se-ia de uma ânfora de origem sud-hispânica, com grande probabilidade fabricada somente na área da antiga província romana da Bética, que teria sido usada para transportar preparados de peixe, a avaliar pelos restos de cavala encontrados no interior de um dos exemplares do naufrágio marselhês. Apesar de não haver dados muito seguros, pareceu ao autor britânico que uma datação compreendida entre os fins do séc. III / inícios do IV e os meados do V seria a mais adequada para as diferentes variantes desta forma, uma vez que admite poder ser residual o exemplar encontrado nas escavações da missão britânica de Cartago, em nível do séc. VI (*Id.*: 160-168). Embora não seja este o local para debater o assunto, sublinhe-se que se têm multiplicado as observações sugerindo que estas ânforas ainda circulavam no século VI.

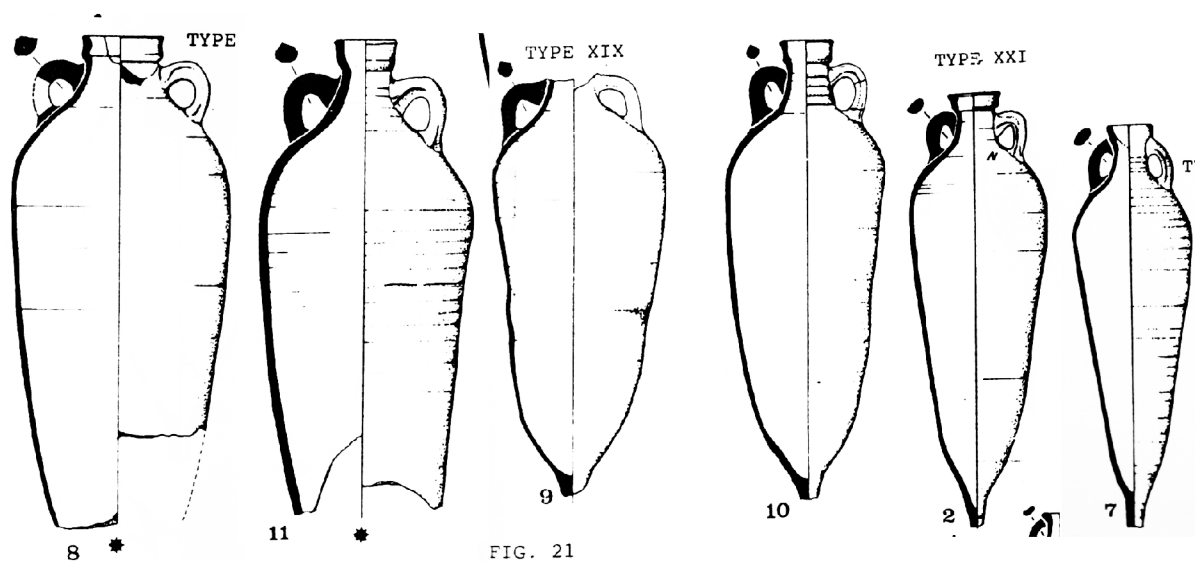


Fig. 2 - Tipos de ânforas definidos por S. Keay (1984). Da esquerda para a direita, XIX A, XIX B, XIX C, XIX C, XXI e XXIIIbis.



Na obra de Simon Keay, a forma Almagro 51c foi integrada na forma XXIII (KEAY, 1984: 172-8). Contudo, uma peça, classificada como forma XXIIIbis, afasta-se claramente do modelo (*Id.*: 178-9 e Fig. 22) e, diga-se, a própria designação é bastante heterodoxa no contexto da obra, justificando-se somente por se tratar de um exemplar único. Trata-se de uma ânfora com cerca de 74cm de altura, 23.7 de largura máxima, um bocal estreito de 8.4 cm e asas em fita (v. Fig. 2). A assimilação à forma XXIII fez-se, uma vez mais, pela similitude do fabrico, também ele atribuído a regiões meridionais da Península Ibérica, ainda que com exemplares seguramente de outras procedências, dentro da forma XXIII propriamente dita. Mais controversa será a forma Keay LXVIII, morfologicamente análoga nos bocais e asas, mas caracterizada por apenas três indivíduos muito fragmentados, alegadamente de provável fabrico catalão (*Id.*: 359-60 e Fig. 164). No entanto, como haverá oportunidade de comentar, não será de excluir a possibilidade desta ânfora corresponder a algo muito próximo dos contentores algarvios, se não for mesmo a típica ânfora algarvia.

Em suma, o ensaio de Simon Keay, que muito justamente se veio a constituir como a grande obra de referência para a classificação das ânforas tardias, não resolveu satisfatoriamente a questão, ainda que tenha o evidente mérito de colocar alguma ordem na difusa classificação de Almagro. Poderemos dizer, porém, que passamos a ter claramente duas morfologias distintas: as formas XIX A e B, caracterizadas por possuírem mais amplo diâmetro máximo de corpo, habitualmente situado na metade superior da ânfora, pouco abaixo do encaixe inferior das asas e, sobretudo, as características asas de contornos semicirculares; e uma outra (ou outras), que cobre(m) a forma XIXC, XXI, XXIIIbis e, eventualmente, a LXVIII, caracterizadas por colos mais verticais, com asas que descrevem um ângulo recto desde a base dos bocais até ao ombro (v. Fig. 2). Conserve-se esta distinção e olhemos agora para os materiais encontrados nos centros produtores da Lusitânia.

## 5.2. As ânforas tardias da Lusitânia

A presença da chamada forma Almagro 51a / b entre as ânforas de fabrico lusitano foi registada por Guilherme Cardoso no primeiro texto que dedicou ao tema (Cardoso, 1978). Na ocasião, refere o seu fabrico nos fornos de Setúbal (provavelmente, a

olaria da Quinta da Alegria) e do Pinheiro, Alcácer do Sal (*Id.*: Est. XII). No entanto, não publicou qualquer desenho de exemplares de fabrico local e, ao longo do seu texto, revela evidentes dificuldades em lidar com as diferentes categorias definidas por M. Almagro (*Id.*: 71-72 e Est. IX e X). O único exemplar verdadeiramente assimilável à forma 51a / b que apresenta e que classifica como Dressel 26 (interrogado) foi recolhido ao largo do Cabo Sardão e trata-se por certo de um exemplar da forma Keay XIX B, de fabrico bético, como o desenho e a descrição das características da pasta deixam claramente perceber (*Id.*: 70, 76 e Est. VII, nº 18).

Assim, pode dizer-se que foi somente com a publicação das ânforas associadas ao destruído centro oleiro da Quinta da Alegria, Setúbal, que se consolidou a ideia de ter sido fabricada na Lusitânia uma ânfora passível de ser integrada no tipo Almagro 51a / b (Coelho-Soares; Silva, 1979). As peças apresentadas, bastante fragmentadas, como sucede com a maior parte do material ali recolhido, apresentam bocais acampanados, com molduras e as típicas asas de perfil semicircular, partindo da parte superior do colo para se ligarem à zona onde se inicia o alargamento do bojo, digamos assim, uma vez que se não afigura correcto falar de um verdadeiro “ombro” nestas ânforas, de perfil piriforme alongado (*Id.*: 211-214 e Est. IV, nº 22-25). Parece evidente, porém, que estas ânforas não se enquadram nos tipos XIX A e B de Simon Keay, nem provavelmente no XIX C, mas esses serão outros contos, que não interessam para o caso de que nos ocupamos.

No tratamento genérico que deu à produção de preparados de peixe na Lusitânia e aos contentores usados para o seu transporte, J. Edmondson reconheceu a existência da forma, que designou como *Lusitanian Garum III*, mas, sintomaticamente, recorreu às imagens da forma XIX de S. Keay, extraídas da própria obra do investigador britânico, para a ilustrar, uma vez que não teria encontrado melhores exemplares nos museus portugueses (Edmondson, 1987: 170-1). Uma vez mais, pelo confronto entre as ânforas sadinas e os desenhos dos exemplares encontrados na Catalunha, resulta absolutamente evidente que não se trata da mesma forma e que só mesmo uma apreciação muito lata poderia sustentar esta comparação.

No âmbito da Mesa-redonda de Conímbriga, celebrada em 1988, começou a esboçar-se em termos mais claros o panorama agora conhecido

para o Algarve, particularmente, pela apresentação das produções da olaria de S. João da Venda, Faro (Fabião; Arruda, 1990) e Martinhal, Sagres (Silva; Soares; Correia, 1990). Nestes dois centros oleiros, o primeiro, escavado por Santos Rocha, em finais do séc. XIX, o segundo, objecto de intervenções em 1987 e 1988, foram identificadas ânforas, que os distintos autores dos estudos classificaram como pertencentes, genericamente, à forma Almagro 51 a-b, ainda que acusando uma apreciável variedade morfológica, quer ao nível dos bocais, quer no desenho das asas (v. Fig. 4). É interessante registar que, nos debates da mesa-redonda, Carlos Tavares da Silva não deixou de sublinhar que “*Os exemplares da forma Almagro 51 a-b provenientes da Quinta da Alegria distinguem-se dos de S. João da Venda principalmente ao nível da asa: os da primeira jazida possuem asa em orelha o que não se verifica em S. João da Venda como não se verifica no Martinhal (...)*” (In: Alarcão; Mayet, 1990: 247). Nascia assim o reconhecimento de que teriam existido, pelo menos, duas áreas de produção bem distintas das denominadas ânforas “Almagro 51 a / b” lusitanas: o baixo Sado e o Algarve. Uma vez mais, em qualquer dos casos, o material apresentava-se em estado bastante fragmentado, ainda que exista, entre o material de S. João da Venda depositado no Museu da Figueira da Foz, suficiente matéria para elaborar uma razoável reconstituição da forma ali produzida, como haverá oportunidade de comentar (Fabião; Arruda, 1990). No grande centro oleiro do Martinhal, Sagres, foi possível situar a produção deste tipo na segunda metade do séc. IV (Silva, Soares, Correia, 1990: 232), ainda que esta proposta se apresente excessivamente recuada face à amplitude dos elementos cronológicos disponíveis, designadamente a presença de uma forma Hayes 61A de TSCD, encontrada nos níveis de laboração do forno III, um dos primeiros a ser abandonado, para ser utilizado como área de despejos de outros que continuariam a funcionar (Id.: 228-229).

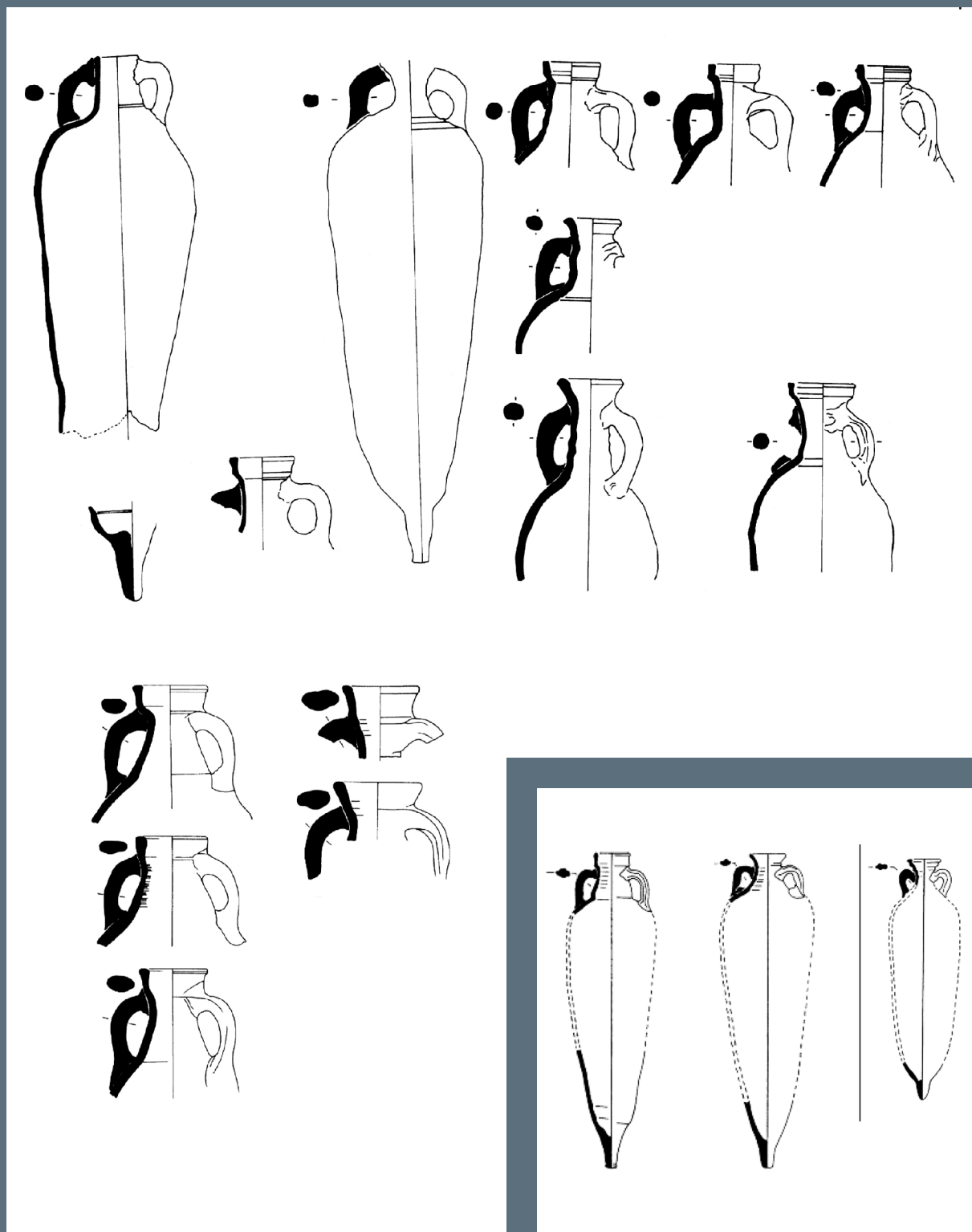
Somente a título de curiosidade, registe-se que no estudo sobre o Martinhal os autores ensaiaram um primeiro tratamento à variação formal das ânforas Almagro 51c fabricadas no local, merecedor de aprofundamento e continuidade (Id.: 229 e ss. e Figs. 71, 72).

Já depois de realizada a Mesa-redonda de Conimbriga, em 1991, A. M. Dias Diogo publicou a sua proposta de tipologia para as ânforas lusitanas

(Diogo, 1987). De um modo muito esquemático, apresentou a sua proposta de classificação das formas de ânforas fabricadas nos distintos centros oleiros conhecidos, identificando como forma Lusitana 7 uma ânfora que descreveu nos seguintes moldes: “*corresponde ao tipo Almagro 51 a-b (...)* É um contentor piscícola, possivelmente datável dos séculos III ao V. Está atestada para fornos do Sado e do Algarve” (Id.: 183 e Fig. 5, nº 7). Ilustrou o tipo com um exemplar inteiro, algo extraordinariamente raro entre os materiais conhecidos enquadráveis em esta forma, cuja procedência não identificou, mas que poderá ser o exemplar recolhido na Fuzeta, de que J. Fernandes Mascarenhas publicou fotografia (Mascarenhas, 1974: 15-6, Fig. 7). Genericamente, pode dizer-se que a forma se distingue dos fragmentos da Quinta da Alegria, sobretudo pelo perfil das asas, ainda que patenteie um evidente “ar de família” com aquilo a que genericamente se costuma chamar a forma Almagro 51 a / b, pelo formato piriforme alongado, bocal moldurado e bico cónico maciço a rematar o fundo.

Finalmente, o estudo e publicação do centro oleiro do Pinheiro, Alcácer do Sal, justamente um daqueles onde Guilherme Cardoso situava a produção de ânforas do tipo Almagro 51 a / b, veio trazer novos e relevantes dados sobre esta forma, suas variações e cronologia (Mayet, Silva, 1998). No século IV, a fase de apogeu de funcionamento da olaria, está documentado o aparecimento da forma assim denominada, que os autores da investigação ilustram por dois desenhos diferentes (Id.: 203 e Fig. 78, nº 3 e 4). De entre o numeroso conjunto de fragmentos apresentados, podemos identificar um ou outro exemplar que se aproxima das produções algarvias, com bocais cilíndricos e asas partindo da base desses bocais até ao “ombro”, desenhando um contorno em ângulo recto (Id.: Fig. 116, 14; 127, 96), com os característicos fundos cónicos maciços. Mas prevalece, sem dúvida, a forma com bordos exvertidos, com molduras e asas de secções complexas, que descrevem um marcado semicírculo, as chamadas asas “em orelha”, semelhantes nos seus contornos às asas da forma Keya XIX, sem que, todavia, se lhes assemelhem na generalidade da forma (v. Fig. 3). Na fase mais tardia, já dos meados do séc. V, parecem dominar os exemplares, de novo, com as típicas asas “em orelha”, de menores dimensões (Id.: 284 e ss.; Fig. 131, 1 e 133).





**Fig. 4** - Ânforas dos centros oleiros algarvios: em cima, S. João da Venda, Faro, em baixo Martinhal, Sagres, segundo FABIÃO; ARRUDA, 1990 e SILVA; SOARES; CORREIA, 1990.

**Fig. 3** - As ânforas Almagro 51 a/b da olaria do Pinheiro, à esquerda, exemplares do séc. IV, à direita exemplo da forma típica dos meados do século V, segundo MAYET; SILVA, 1998)

### 5.3. Ânforas tardias em lugares de consumo

A partir da proposta de Simon Keay, da sua merecida aceitação generalizada e do crescimento do conhecimento das produções lusitanas, podemos averiguar de que modo o novo quadro tipológico e o domínio da nova informação se reflectem no estudo de novos conjuntos de ânforas recolhidos em grandes centros de consumo, ou seja, naqueles locais onde presumivelmente se poderão encontrar boas amostras de contentores cerâmicos oriundos de diferentes proveniências. Neste domínio, o estudo de Josep Remolá dedicado às ânforas tardias de Tarragona (Remolá Vallberdú, 2000) pode considerar-se um bom exemplo.

O autor identificou com precisão a origem bética dos exemplares que agrupa sob a designação de Keay XIX A e B (*Id.*: 184-187 e Figs. 54.4 e 61-62) e atribui à Lusitânia as peças que classifica como Keay XXI (*Id.*: 189-190 e Figs. 54.7 e 64.1-14), sintomaticamente, ilustrando esta forma, no quadro geral de referência, com o desenho do presumível exemplar da Fuzeta, publicado por Dias Diogo. Na generalidade, as peças desenhadas parecem corresponder a exemplares lusitanos de origem sadina, com bordos moldurados e asas descrevendo os característicos semicírculos. Já aqueles que Remolá integra na forma Keay XIX C poderão corresponder a contentores de diferentes origens: uns, oriundos da Bética e outros da Lusitânia (*Id.*: 192-196 e Fig. 67, 1-3). As ânforas apresentadas ostentam ainda asas em semicírculo, mas os bocais são bem distintos dos da forma Keay XIX A e B. Mas, sintomaticamente, quando confrontamos o conjunto dos materiais apresentados, a forma Keay XIX C confunde-se morfológicamente com o tipo Keay LXVIII, atribuído, ainda que em tom dubitativo à Tarraconense, na sequência da sugestão de S. Keay (*Id.*: 196-199 e Figs. 67, 4-9 e 68 e 69). Neste caso, regista-se uma apreciável diversidade de formas, que induz a proposta de identificação de distintas variantes, de A a F, ainda que sublinhando a grande homogeneidade observada nos fabricos (*Id.*: 198). Os desenhos desta forma Keay LXVIII apresentam claras afinidades com as produções de Lagos e a descrição da pasta é também bastante sugestiva: *"pasta de color marrón-rojizo com abundantes inclusiones heterométricas, especialmente cristales de cuarzo, partículas rojizas no determinadas, cal y, en proporciones muy reducidas, mica"* (*Id.*: 198). Em suma, uma descrição que se aplicaria na perfeição às ânforas de Lagos, havendo somente a acrescentar

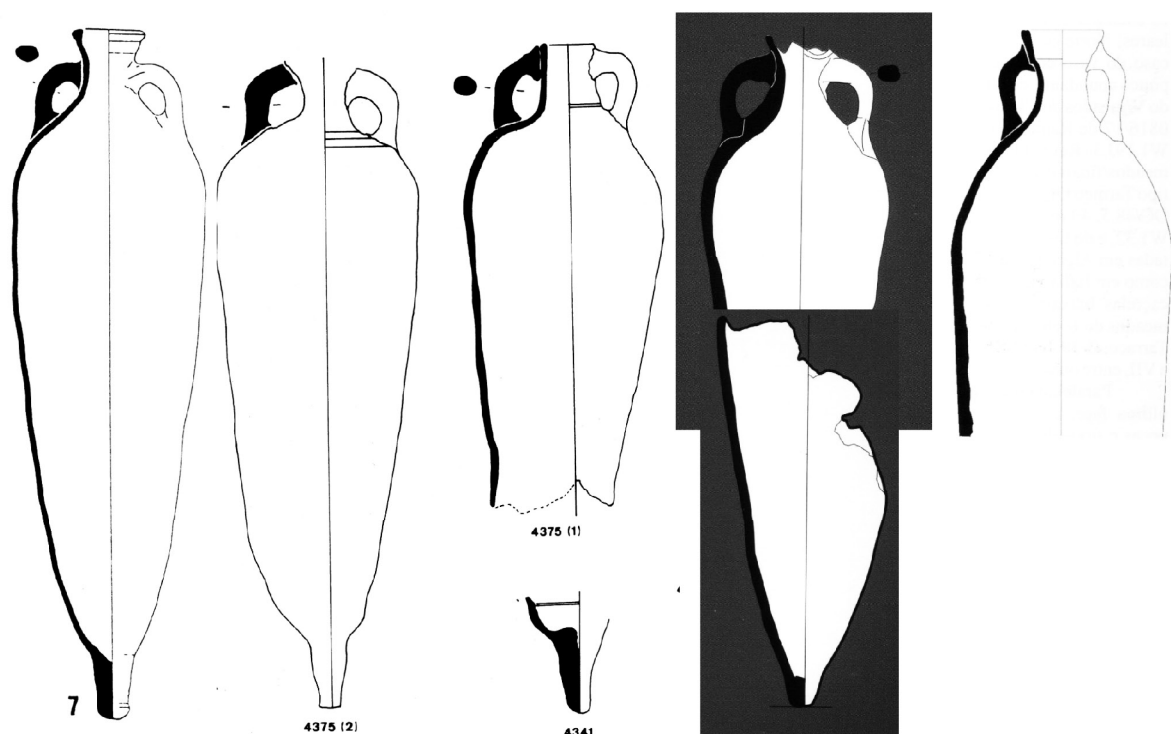
os microfósseis marinhos, que aqui se documentam.

Deste exemplo, resulta a dificuldade ainda sentida em estabelecer claras distinções entre algumas das diferentes formas apresentadas na tipologia de Simon Keay, tornando-se indispensável uma melhor caracterização de cada forma publicada.

## 6. Uma nova nomenclatura para as ânforas algarvias

De entre as produções documentadas em Lagos (bem entendido, excluindo os exemplares enquadráveis no tipo Almagro 51c, que aqui não tratamos) regista-se uma apreciável diversidade morfológica no desenho dos bocais, genericamente acampanados, com um ressalto interior no ponto onde, pelo exterior, se implantam as asas (v. Fig. 1). Genericamente, pode dizer-se que se trata de uma característica observável nas produções de S. João da Venda e Martinhal (Fig. 4), embora não se possa falar de uma característica absolutamente dominante, uma vez que se aprecia alguma variedade nos seus contornos exteriores. Como elemento mais marcante, as asas apresentam-se finas e com secções ovaladas, desenhando uma curva simples, frequentemente quebrada, descendo da base do bocal até à zona de maior espessamento do contentor, sempre localizada na parte superior do corpo, no ponto onde este se une ao colo. Estas características acabam por ser as de mais fácil observação, devido à elevada fragmentação dos exemplares que até nós chegaram. A diversidade formal observada resultará provavelmente da natureza da actividade oleira desenvolvida em Lagos, que nunca terá chegado a atingir um volume passível de induzir a uma elevada padronização morfológica dos contentores, típica dos grandes centros produtores de ânforas. Provavelmente essa será mesmo uma característica marcante de boa parte das produções tardias.

Para reconstituirmos o contorno geral dos corpos, teremos de recorrer mais às fotografias e desenhos dos exemplares identificados na unidade de produção de preparados de peixe da Rua Silva Lopes (Ramos, Almeida, Laço, 2006: 93, Fig. 11; Arruda, 2007: 62-3, nº 43-46), do que ao fragmentado material recolhido no âmbito das intervenções URBCOM. Mas, como veremos, juntando a informação da ânfora da Fuzeta, os exemplares fragmentados da Silva Lopes (Arruda,



**Fig. 5** – Anforas Algarve 1. Da esquerda para a direita: Fuzeta (?), segundo DIOGO, 1987; S. João da Venda 1 e 2, segundo FABIAO; ARRUDA, 1990; R. Silva Lopes, Lagos, segundo ARRUDA, 2007 e RAMOS; ALMEIDA; LAÇO, 2006.

2007: 62-3, nº 43-46) e os recolhidos por Santos Rocha, em S. João da Venda (Fabião, Arruda, 1990: 223, Fig. 62) conseguimos chegar a uma noção geral de como seria a forma destas ânforas, de pequena dimensão e corpo piriforme alongado, com o maior diâmetro situado em zona junto do encaixe inferior das asas. Parece claro que os fundos seriam rematados por bicos cónicos, maciços, com cerca de 10 cm de comprimento (v. Fig. 5).

Genericamente, poderemos dizer que as ânforas produzidas nos diferentes centros oleiros presentemente conhecidos no Algarve, não se afastavam de uma relativa padronização, como se poderá ver pelos quadros aqui apresentados (v. Figs. 4 e 5).

### 6.1. Dimensão das ânforas:

Ânfora	Altura
Fuzeta (?)	.81
SJV 1	.735*
SJV 2	.55*

\* incompleta

### Altura total, em média: 80 cm

Ânfora	Lg Max.
SJV1	.23
SJV2	.23.5
SJV3	.26
SJV4	.26
SJV5	.26
SJV6	.26
SL1	.24
SL2	.24
SL3	.32*
SL4	.25

\* deformada

### Largura máxima média de 25 cm

(Fuzeta?) Segundo Diogo, 1987; SJV = S. João da Venda, segundo Fabião; Arruda, 1990; SL = Silva Lopes, segundo Arruda, 2007)

Comparados os diversos exemplares conhecidos, passíveis de nos fornecerem indicações mais ou menos seguras, chegamos à conclusão de que

estaremos perante contentores com um tamanho total rondando os 80 cm e uma largura máxima média, registada na parte superior do corpo, de c. 25 cm.

## 6.2. Comparação das ânforas algarvias com outros tipos tardios

O simples confronto entre os exemplares que aqui se apresentam e os diferentes tipos definidos por S. Keay sublinha a clara dissemelhança entre as produções algarvias e os exemplares típicos da série Keay XIX. Para o tipo Keay XXI a situação já não é tão clara, embora seja evidente que o contorno das asas destas ânforas, em semicírculo, permitiria uma clara distinção, não fora o caso de alguns dos exemplares publicados e assim classificados não ostentarem esse desenho de asa. As semelhanças formais tornam-se maiores com o exemplar do chamado tipo Keay XXIII bis, embora este último tenha menores dimensões e, sobretudo, constitua exemplar único, inibindo maiores considerações (v. Fig. 2). O tipo Keay LXVIII, particularmente, os exemplares assim classificados de Tarragona suscitam outra ordem de interrogações. As semelhanças são evidentes como parecem ser as características dos seus fabricos, como já foi comentado. Contudo, os diferentes autores têm insistido na atribuição de uma origem tarraconense para este tipo anfórico.

Assim, só podemos mesmo sugerir as seguintes hipóteses: ou não é de todo um tipo tarraconense e os exemplares até hoje identificados serão produtos algarvios (ou de outra qualquer origem); ou estamos perante uma forma de ânfora relativamente padronizada, fabricada em distintas regiões da Hispânia, em análogo âmbito cronológico. Olhando a outros exemplos da produção de ânforas sob o domínio romano, encontramos situações similares para ambas hipóteses, desde as ânforas de forte singularidade, emanadas de uma única área produtora e amplamente disseminadas, até aos casos em que uma determinada forma adquire forte popularidade, sendo imitada em diversas regiões. No estado actual dos conhecimentos, não há como saber qual das hipóteses será a mais correcta.

Parece evidente também que, principalmente pelo desenho das asas, os produtos algarvios se afastam claramente dos sadinos, ainda que até à data se tenha utilizado a mesma denominação para ambos – comparem-se os desenhos das Figs 1, 3 e 4.

Afigura-se interessante, para ultrapassar a mera observação morfológica, comparar aquilo a que poderemos chamar a “ânfora padrão” algarvia com as restantes formas definidas por S. Keay, atendendo às dimensões e, consequentemente, à sua capacidade:

Ânfora	Alt. Max.	Larg. Max.
Algarve	80	25
51a-b Sado, séc.IV	80/90	20/30
51a-b Sado, séc. V *	menor	menor
Keay XIXa	71.5	22
Keay XIXb	80	27.7
Keay XIXc	94	33
Keay XXI	79	25
K. XXIIIbis**	74	23.7

\* Não se conhecem exemplares inteiros

\*\* Um único exemplar inteiro conhecido

(exemplares do Sado, provenientes da olaria do Pinheiro, Alcácer do Sal, segundo Mayet, Silva, 1998; restantes formas, segundo Keay, 1984).

A principal conclusão que poderemos extrair é a da existência de uma relativa padronização das dimensões, a que não será alheia a capacidade, uma vez que nunca se deverá esquecer que estamos perante contentores de transporte de alimentos.

### Nota final

Pelo exposto, pensamos que é pertinente considerar como forma específica, típica da região algarvia, a ânfora que até à data tem sido classificada como Almagro 51 a / b, ou Keay XIX / XXI, pela manifesta falta de operatividade destas designações para englobar as ânforas algarvias ou, pior ainda, sob pena de se colocarem sob uma mesma designação genérica objectos tão distintos que retirem qualquer operatividade à classificação. Uma vez mais, não devemos esquecer que ânforas são contentores de transporte, destinados a viajar para fora da sua área de fabrico e que qualquer ensaio classificativo deve englobar a capacidade de os identificar justamente nos locais de destino final.

Na esteira do que têm sido as novas tendências de classificação, propomos que se ligue de um modo claro esta forma aos seus centros de fabrico. Assim, uma proposta possível seria a de uma designação do tipo “Lagos 1”. No entanto, como resulta evidente que ânforas desta morfologia também foram

fabricadas em outros centros oleiros algarvios, como Martinhal ou S. João da Venda, parece-nos mais correcta a adopção de uma designação regional, mais ampla, Algarve 1.

Naturalmente, denominar o artefacto é somente um primeiro passo de um caminho que agora se enceta e que vai requerer futuro desenvolvimento e aperfeiçoamento, para se poder, em primeiro lugar, caracterizar melhor a forma e o fabrico, mas também para verificar a operatividade desta nova “denominação de origem”, passe a expressão. Somente na prática, estudando novos conjuntos de ânforas em centros de recepção e consumo, será possível determinar a real pertinência da proposta que agora apresentamos.

## Referências

- Alarcão, A.** e Mayet, F. (Dir.) (1990) – *Ânforas Lusitanas. Tipologia Produção Comércio (Actas das Jornadas de Estudo Realizadas em Conimbriga a 13 e 14 de Outubro de 1988)*, Conimbriga-Paris, Museu Monográfico de Conimbriga e Diff. E. De Boccard.
- Almagro Basch, M.** (1955) – *Las necrópolis de Ampurias*, 2. Monografias Ampuritanas, 3. Barcelona.
- Arruda, A. M.** (Dir.), (2007) – *Laccobriga. A ocupação romana na baía de Lagos*. Lagos: Câmara Municipal de Lagos.
- Beltrán Lloris, M.** (1970) - *Las ânforas romanas de España*. Monografias Arqueológicas VIII, Zaragoza.
- Cardoso, G.** (1978) - *Ânforas Romanas no Museu do Mar (Cascais), Conimbriga*, XVII, pp. 68-78.
- Coelho-Soares, A.; Silva, C. T.** (1979) - *Ânforas romanas da Quinta da Alegria (Setúbal)*. *Setúbal Arqueológica*, 5, pp. 205-221.
- Diogo, A. D.** (1987) – Quadro tipológico das ânforas de fabrico lusitano. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 4, 5, p. 179-191 (realmente publicado em 1991).
- Edmondson, J.** (1987) – *Two Industries in Roman Lusitania: Mining and Garum Production*. Oxford: BAR (IS-362).
- Fabião, C.** (1987) – Recensão bibliográfica a Peacock, D. P. S.; Williams, D. (1986) *Amphorae and the Roman economy: an introductory guide*. London / New York: Longman, 1986. *Conimbriga*, 26, pp. 169-177.
- Fabião, C.; Arruda, A. M.** (1990) – *Ânforas de S. João da Venda (Faro)*. In: Alarcão, A. ; Mayet, F. *As ânforas lusitanas. Tipologia, produção, comércio (actas da mesa-redonda de Conimbriga, 1988)*. Coimbra/Paris: MMC/Diff. E. De Boccard, pp. 215-224.
- Fabião, C.; Carvalho, A.** (1990) – *Ânforas da Lusitânia: uma perspectiva*. In: Alarcão, A. ; Mayet, F. *As ânforas lusitanas. Tipologia, produção, comércio (actas da mesa-redonda de Conimbriga, 1988)*. Coimbra/Paris: MMC/Diff. E. De Boccard, pp. 37-63.
- Filipe, I, Brazuna, S.** (2008a) – *Relatório de trabalhos URBCOM – Projecto de Requalificação Urbana da Rua 25 de Abril e Rua Silva Lopes. Sondagens de diagnóstico*. Lisboa: Era-Arqueologia S.A.
- Filipe, I, Brazuna, S.** (2008b) – *Relatório de trabalhos URBCOM – Requalificação Urbana da Rua 25 de Abril e Rua Silva Lopes. Escavação das caixas de visita e acompanhamento arqueológico*. Lisboa: Era-Arqueologia S.A.
- Filipe, I.; Brazuna, S.; Fabião, C.** (no prelo) - *Ocupação Romana da Área Urbana de Lagos: Novos Dados Resultantes do Projecto URBCOM*, neste volume.
- Keay, S.** (1984) – *Late Roman amphorae in the western Mediterranean. A typology and economic study: the Catalan evidence*. 2 vols. Oxford: BAR International Series 196.
- Mascarenhas, J. F.** (1974) – *Fornos de cerâmica e outros vestígios romanos no Algarve*. Lourenço Marques: ed. de autor.
- Mayet, F.; Silva, C.T.** (1998) - *L'atelier d'amphores de Pinheiro (Portugal)*. Paris: Diff. E. De Boccard.
- Peacock, D. P. S.; Williams, D.** (1986) – *Amphorae and the Roman economy: an introductory guide*. London / New York: Longman.
- Ramos, A C.; Almeida, R.; Laço, T.** (2006) - *O Complexo Industrial da Rua Silva Lopes (Lagos). Uma primeira leitura do sítio e análise das suas problemáticas no quadro da indústria conserveira da Lusitânia meridional*. In: Silva, C. T.; Soares, J. (dir.) *Simpósio Internacional Produção e Comércio de Preparados Piscícolas Durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet*. *Setúbal Arqueológica*, 13, pp. 83-100.
- Ramos, A. C.; Laço, T.; Almeida, R.; Viegas, C.** (2007) - *Les Céramiques communes du VIe s. du complexe industriel de salaisons de poisson de Lagos (Portugal)*. In: Bonifay, M.; Trégila, J-C (dir.) *LRCW 2. Late Roman Coarse Wares, Cooking Wares and Amphorae in the Mediterranean: Archaeology and Archaeometry*. Oxford: BAR International Series 1662 (1), pp. 85-97.



**Remolà Vallverdú, J. A.** (2000) – *Las Ânforas Tardo-Antiguas en Tarraco (Hispania Tarraconenses) Siglos IV-VII d.C.* Barcelona: Universitat de Barcelona (Col.lecció Instrumenta, 7).

**Silva, C. T.; Soares, J.** (dir.) (2006) - *Simpósio Internacional Produção e Comércio de Preparados Piscícolas Durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet.* Setúbal *Arqueológica*, 13.

**Silva, C. T.; Soares, A.; Correia, V. H.** (1990) - Produção de ânforas no Martinhal (Sagres). In: **Alarcão, A;** Mayet, F. (Dir.), *Ânforas Lusitanas. Tipologia Produção Comércio (Actas das Jornadas de Estudo Realizadas em Conimbriga a 13 e 14 de Outubro de 1988)*, Conimbriga-Paris, Museu Monográfico de Conimbriga e Diff. E. De Boccard, pp. 225-246.